



I SEMINÁRIO REGIONAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO.

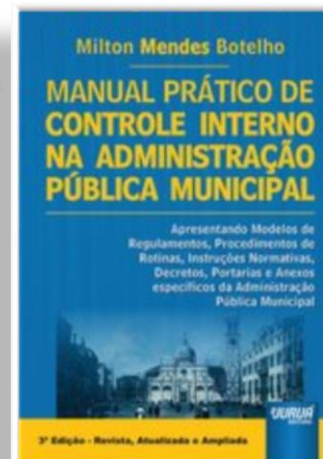
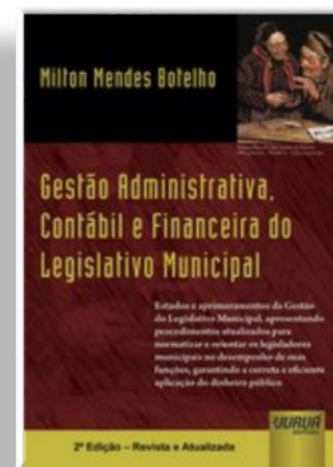
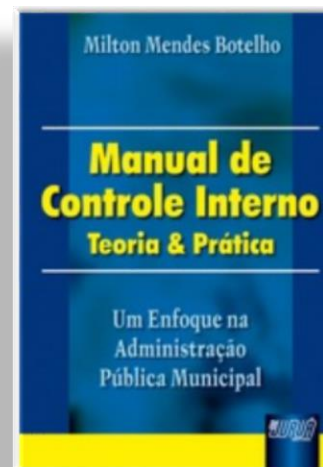
16 E 17 DE JULHO
MONTES CLAROS – MG

Prof. Milton Mendes Botelho

Conselheiro do CRCMG

Especialista em Gestão Pública

Membro da Academia Mineira de Ciências Contábeis



MOMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

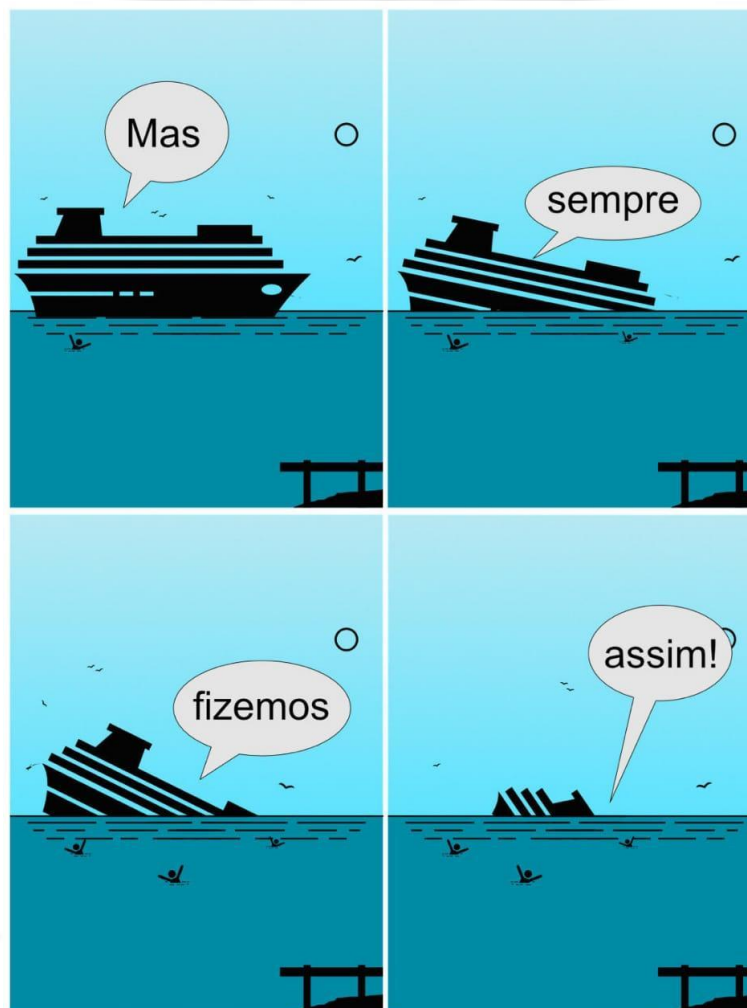


www.grupologus.com.br

www.grupologus.com.br

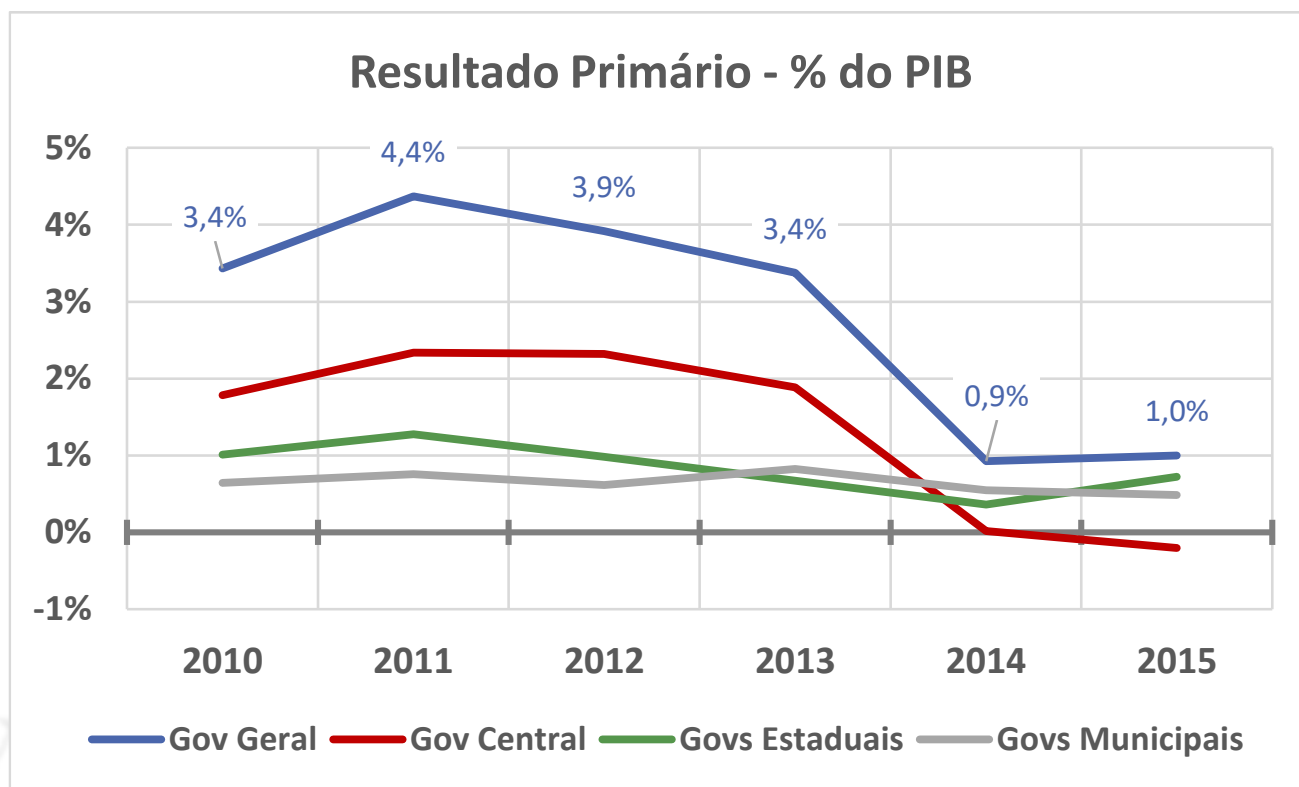
E-mail: miltonconsultoria@hotmail.com

MOMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL



MOMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

1 – Resultado **Primário** e Resultado **Nominal**



MOMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

2 – Cronograma Mensal de Desembolso

Art. 8º. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso. (destaque nosso)

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso. (destaque nosso)

MOMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

3 – Quadro de Cotas Orçamentárias Trimestrais

Art. 47. Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar. *(destaque nosso)*

Art. 48 A fixação das cotas a que se refere o artigo anterior **atenderá aos seguintes objetivos:**

I - **assegurar às unidades orçamentárias, em tempo útil a soma de recursos necessários e suficientes a melhor execução do seu programa anual de trabalho;** *(destaque nosso)*

II - **manter, durante o exercício, na medida do possível o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada,** de modo a reduzir ao mínimo eventuais insuficiências de tesouraria. *(destaque nosso)*

CONTAS	NOTAS EXPLICATIVAS	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO ATUAL
ATIVO NÃO PERMANENTE	1		305.000,00
Disponível			
CAIXA (Tesouraria)	2		10.000,00
Banco C/ Movimento	3		225.000,00
Aplicação Financeira	4		60.000,00
Realizável	5		10.000,00
ATIVO PERMANENTE	6		100.000,00
Imposto a Receber	7		?????
Dívida Ativa	8		60.000,00
(-) Ajuste Devedores Duvidosos	9		?????
Bens Móveis	10		40.000,00
(-) Depreciação	11		?????
Bens Imóveis	12		?????
(-) Depreciação	13		?????
Estoque	14		?????
Intangíveis	15		?????
(-) Amortização	16		?????
Bens de Uso Comum	17		?????
(-) Depreciação	18		?????
Desembolso Antecipado	19		?????
SOMA DO ATIVO	20		405.000,00
Saldo Patrimonial	21		

CONTAS	NOTAS EXPLICATIVAS	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO ATUAL
PASSIVO NÃO PERMANENTE	22		115.000,00
Restos a Pagar			89.000,00
Depósitos Div. Origens	23		26.000,00
PASSIVO PERMANENTE	24		65.000,00
Provisões 13º/Férias	25		?????
Dívida Fundada Interna	26		65.000,00
Obrigações Incorridas e Não Empenhadas	27		?????
Dívida Judicial - Precatórios	28		????
SOMA DO PASSIVO	29		180.000,00
Saldo Patrimonial	30		225.000,00



ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO MUNICIPAL

ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA

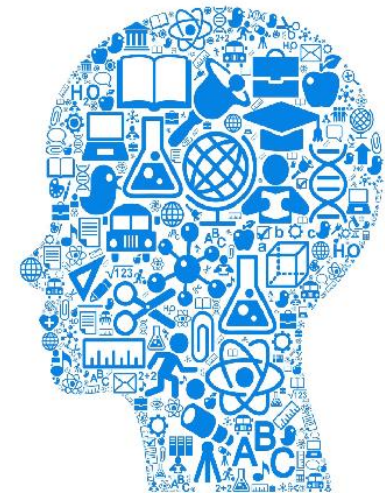
www.grupologus.com.br

www.grupologus.com.br

E-mail: miltonconsultoria@hotmail.com

ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

**PRECISAMOS IR ALÉM
DO CONCEITO DE
CONTROLE INTERNO.**



www.grupologus.com.br

www.grupologus.com.br

E-mail: miltonconsultoria@hotmail.com

ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

**O CONTROLE INTERNO
GERALMENTE É ENTENDIDO
COMO ALGO BUROCRÁTICO,
REPRESSIVO, INCONVENIENTE
POR SER ÓRGÃO FISCALIZADOR
E ACABA NÃO AGREGANDO
VALOR ÀS ORGANIZAÇÕES
PÚBLICAS.**

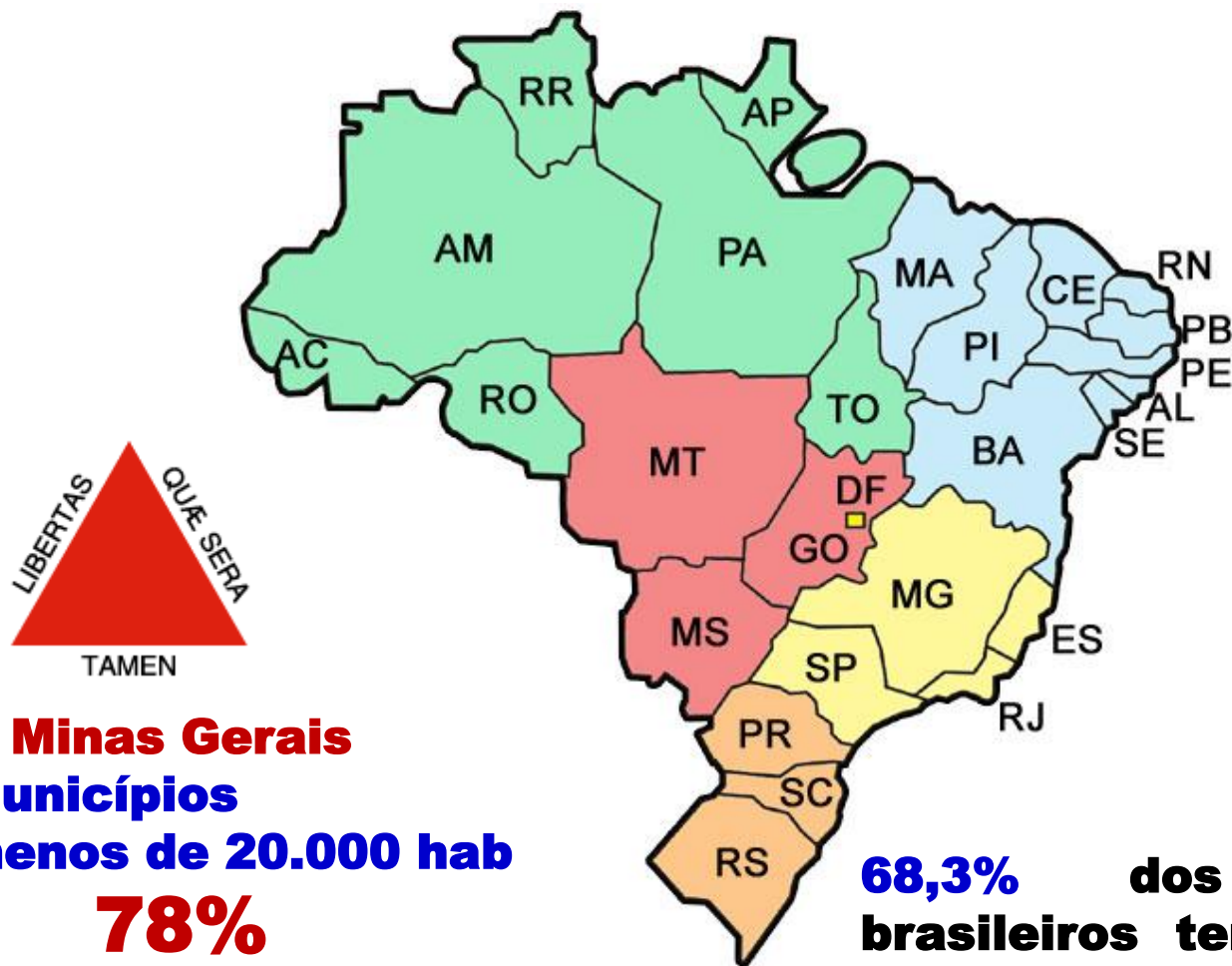


ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

**O CONTROLE INTERNO TEM A
MISSÃO CONSTITUCIONAL DE
AFERIR OS OBJETIVOS
ALCANÇADOS PELA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.**



5.570 Municípios



Minas Gerais

853 – Municípios

666 – menos de 20.000 hab

78%

**68,3% dos Municípios
brasileiros tem até 20 mil
habitantes.**

www.grupologus.com.br

Muitos ÓRGÃOS DE CONTROLE
foca em questões de FALHAS,
DESVIOS, desperdícios e
responsabilização de gestores.



É PRECISO INOVAR, buscar o
aperfeiçoamento da governança,
PROPOR BOAS PRÁTICAS DE
GESTÃO, identificar
oportunidades de melhoria,
OFERTAR SOLUÇÕES otimizadas
e **GARANTIR A SEGURANÇA** nos
processos decisórios da
organização.

www.grupologus.com.br

CONTROLE INTERNO MUNICIPAL

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. (destaque nosso)





Art. 70 - CF

Art. 70. A *FISCALIZAÇÃO* contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à *LEGALIDADE*, *LEGITIMIDADE*, *ECONOMICIDADE*, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, *mediante* controle externo, e pelo *SISTEMA DE CONTROLE INTERNO* de cada Poder. (destaque nosso)



Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário *manterão*, de forma integrada, SISTEMA DE CONTROLE INTERNO com a finalidade de: *(GRIFO NOSSO)*

Art. 74

I - AVALIAR o cumprimento das METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II – COMPROVAR a LEGALIDADE e AVALIAR os resultados, quanto a EFICÁCIA e EFICIÊNCIA, da gestão ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL...

III – EXERCER CONTROLE sobre operações de crédito, avais e garantias, bem como dos DIREITOS e HAVERES ...

IV – APOIAR O CONTROLE EXTERNO no exercício de sua missão institucional.



art. 74. (...)

§ 1º do da CF

§ 1º. Os RESPONSÁVEIS PELO CONTROLE INTERNO, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou *COM O AUXÍLIO* dos Tribunais de Contas, e o *SISTEMA DE CONTROLE INTERNO* de cada Poder e do *Ministério Público*, *fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:*

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Art. 59

I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;

II - LIMITES e CONDIÇÕES para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar

III - medidas adotadas para o retorno da DESPESA TOTAL COM PESSOAL ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23

VI - cumprimento do limite de gastos totais dos LEGISLATIVOS MUNICIPAIS.



Lei Federal nº. 8.666/93



www.grupologus.com.br

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO EM COMPRAS E LICITAÇÕES

Lei Federal nº. 8.666/93

Art. 115. Os órgãos da Administração *poderão expedir normas relativas aos procedimentos operacionais a serem observados na execução das licitações*, no âmbito de sua competência, observadas as disposições desta Lei. *(destaque nosso)*

Parágrafo único. As normas a que se refere este artigo, *após aprovação da autoridade competente*, deverão ser publicadas na imprensa oficial .

Art. 118. Os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as entidades da administração indireta *DEVERÃO ADAPTAR suas normas sobre licitações e contratos ao disposto nesta Lei.* *(destaque nosso)*

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO EM COMPRAS E LICITAÇÕES

Lei Federal nº. 8.666/93

Art. 102. Quando **em autos** ou documentos de que conhecerem, os magistrados, os membros dos Tribunais ou Conselhos de Contas ou os titulares dos órgãos integrantes do sistema de controle interno de qualquer dos Poderes verificarem a existência dos **crimes definidos nesta Lei**, remeterão ao Ministério Público as cópias e os documentos necessários ao oferecimento da denúncia. (art. 89 ao 99 da Lei de Licitações)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO EM COMPRAS E LICITAÇÕES

Lei Federal nº. 8.666/93

Art.113. O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos por esta Lei será feito pelo Tribunal de Contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade da despesa e execução, nos termos da Constituição e sem prejuízo do sistema de controle interno nela previsto.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO EM COMPRAS E LICITAÇÕES

Lei Federal nº. 8.666/93

Art.113

§ 2º. Os Tribunais de Contas e os *órgãos integrantes do sistema de controle interno* poderão solicitar para *exame*, até o dia útil imediatamente anterior à data de recebimento das propostas, cópia do edital de licitação já publicado, *obrigando-se* os órgãos ou entidades da Administração interessada à *adoção de medidas corretivas pertinentes* que, em função desse exame, lhes forem *determinadas.*

PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - PAC

Logus
ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA

www.grupologus.com.br

www.grupologus.com.br

E-mail: miltonconsultoria@hotmail.com

PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - PAC

**Projeto de Lei do Senado
nº. 559/2013, Dispõe sobre
a MODERNIZAÇÃO DA LEI
DE LICITAÇÕES e
Contratos - INOVAÇÃO E
MUDANÇAS.**

**PLANO ANUAL DE
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
(inexistente).**



PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - PAC



A aprovação do PAC compete ao ordenador da despesa, BEM COMO A DESIGNAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS QUE IRÁ ELABORÁ-LO.

Cabe ao ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO manifestar sua concordância com o **PAC** verificar a **LEGITIMIDADE DOS AGENTES** das comissões e da Unidade de Compras.

PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - PAC

SÃO OBJETIVOS DO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES - PAC:

- **Estabelecer uma cultura de planejamento,** desprezada há anos nas licitações;
- **Promover a padronização nas compras de produtos e contratação de serviços comuns a todas as unidades administrativas, com a DIMINUIÇÃO DO NÚMERO DE PROCESSOS;**
- **Incentivar o PLANEJAMENTO de compras sem tumultuar os trabalhos da CPL;**
- **Garantir a transparência e a celeridade das contratações e aquisições.**

PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - PAC

O Plano Anual de Contratações Públicas (PAC) deverá conter as seguintes informações:

- **ano e mês** *(que será realizado o processo)*;
- **número de ordem do procedimento**;
- **unidade administrativa** **requisitante**;
- **descrição do objeto** do processo de compras e licitações;
- **tipo de licitação** *(item, global, empreitada, lote)*;
- **quantidade** de unidade estimada para o período;
- **valor estimado** para a contratação ou **registro de preços**;

PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - PAC

O Plano Anual de Contratações Públicas (PAC) deverá conter as seguintes informações:

- **Programa de Governo** que está sendo executado (*constante no PPA*);
- **data estimada** para a realização do certame;
- **modalidade de licitação** a ser adotada;
- **serviço contínuo ou não**;
- **necessidade de capacitação específica** dos membros da CPL e **Fiscal de Contrato**;
- **vinculação de dependência de outro item** (*especificação técnica*);
- **objetivos estratégicos e justificativas para a contratação**;
- **ESTÁGIO** do procedimento.

ATOS DE NORMATIZAÇÕES DA CONTROLADORIA

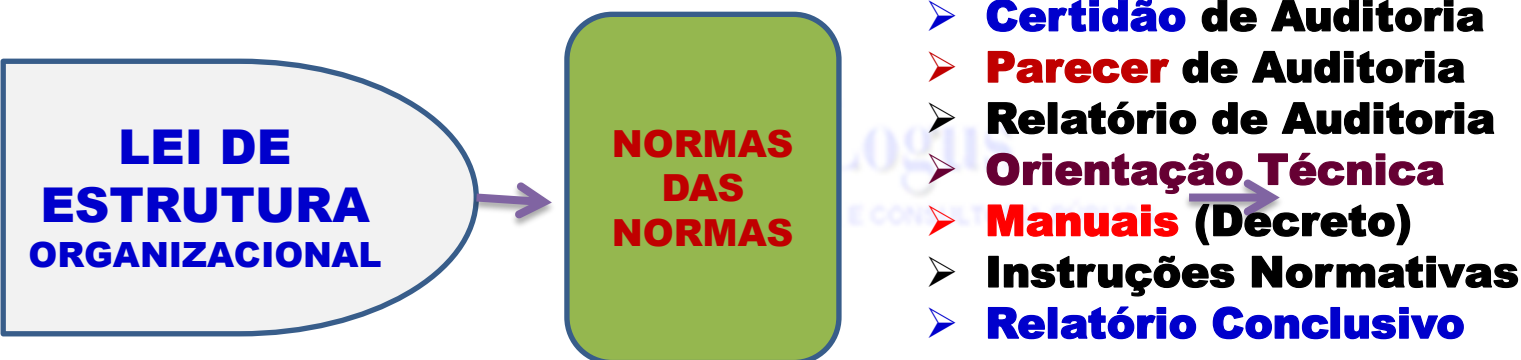


www.grupologus.com.br

www.grupologus.com.br

E-mail: miltonconsultoria@hotmail.com

ATOS DE NORMATIZAÇÕES DA CONTROLADORIA



OBRIGADO PELA ATENÇÃO!



AGRADECEMOS A TODOS! DEUS OS ABENÇOE!

Prof. *Milton Mendes*

WhatsApp (33) 9 9933.3386

Logus

ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA

www.grupologus.com.br

WWW.MILTONCONSULTORIA.COM.BR

miltonconsultoria@hotmail.com

www.grupologus.com.br